

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Assunto: 11ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial – desastre de Mariana

Data: 05 de abril de 2017.

Local: Palácio do Planalto, 4º andar, sala 97

Participantes: - Governo Federal: Casa Civil da Presidência da República, MDSA – SNAS, MAPA
- Governo do Espírito Santo
- Governo de Minas Gerais
- Município de Mariana
- Fundação Renova
- Ernest Young

I. Pauta

a. Proteção Social

- Informe sobre oficinas realizadas até o momento e encaminhamentos

b. Cadastro Integrado

- Não localizados – retorno da deliberação ao CIF e pactuação de prazos

- Finalização da primeira campanha (demandas até 31/out)

- Segunda campanha – prazos

c. Auxílio Financeiro Emergencial

- Critérios para encerramento – questão de Barra Longa (retorno das oficinas)

- Inelegíveis

d. Indenização

- Proposta simplificada – retorno MAPA

e. Auditoria

- Procedimentos para avaliação da base de dados do Cadastro Integrado

II. Leitura dos encaminhamentos

A Coordenação da CTOS fez a leitura dos encaminhamentos da última reunião. Verificou-se que todos os encaminhamentos foram cumpridos.

III. Informes

A Coordenação da CTOS informou que na 12ª reunião ordinária do CIF, em 30 de março, foi aprovada a separação da Câmara Técnica de saúde, educação, cultura e lazer. Passa a haver uma Câmara Técnica exclusivamente para os assuntos de saúde e outra Câmara para tratar de educação, cultura e lazer.

Informou-se ainda sobre a aprovação da Deliberação CIF nº 57, que valida o lote 004 do Cadastro Integrado com informações referentes a 1.661 famílias e 5.585 pessoas. Foi aprovada também a Deliberação CIF nº 58, que elenca áreas estuarinas, costeira e marinha impactadas como área de abrangência socioeconômica do TTAC e determina que a Fundação Renova inicie o Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados nas comunidades abrangidas nessas áreas, no prazo de 30 dias, a contar da aprovação da Deliberação. Por fim, mencionou-se a Deliberação CIF nº 59, que exclui as 3.057 demandas não localizadas até janeiro de 2017 do prazo do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados. A proposta é discutir na reunião da CTOS o prazo para cadastramento dessas demandas com vistas a levar nova deliberação ao CIF em sua próxima reunião. A Coordenação da CTOS se comprometeu a enviar aos participantes da reunião as deliberações aprovadas na reunião de março do CIF.

Foi informado também que a Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil passará a ter um papel ativo no monitoramento do TTAC como um todo, em apoio ao Ibama/Secretaria Executiva do CIF. Assim, a Casa Civil está deixando a Coordenação da CTOS, que passará a ser do MDSA, na qualidade de primeiro suplente da Câmara. O nome do novo Coordenador(a) está em definição.

IV. Discussões

Proteção Social

- Informe sobre oficinas realizadas até o momento e encaminhamentos

A Coordenação da CTOS trouxe informe sobre as Oficinas de Proteção Social realizadas até aquele momento. Foram feitas duas oficinas: no dia 20 de março, no município de Mariana/MG, e no dia 31, em Ipatinga/MG, com a participação total de 15 municípios. A próxima Oficina será em Governador Valadares/MG, em 07 de abril. Foram convidados 14 municípios. As últimas oficinas serão em Colatina (convite a 3 municípios) e Linhares (convite a 2 municípios), no Espírito Santo. Decidiu-se por não detalhar tanto as oficinas e trazer uma visão mais completa ao final do processo. O principal objetivo das oficinas foi a escuta dos municípios visando definir o que é atribuição da Fundação Renova e o que é competência do Poder Público no que se refere às consequências do Desastre. Verificou-se que as gestões municipais precisam de mais informações sobre a situação. Informou-se que o Ministério Público participou da Oficina de Ipatinga e deve participar das demais. Foi ressaltado que a partir de agora o Ministério Público terá papel mais atuante tanto no CIF quanto nas Câmaras

Técnicas. De modo geral, a avaliação das oficinas foi positiva tanto pelos organizadores quanto pelos participantes.

Representante da Secretaria Nacional de Assistência Social do MDSA ressaltou que as oficinas trouxeram encaminhamentos emergenciais para o Ministério: no município de Mariana, hoje atuam profissionais contratados pela Fundação Renova para atendimento na Assistência Social devido ao aumento da demanda ocasionado pelo Desastre. A contratação é positiva, mas será necessário fazer um alinhamento entre o MDSA, a Fundação Renova, o estado de Minas Gerais e o município de Mariana para que a contratação de profissionais não fira a organização da Política Nacional de Assistência Social. A representante do município de Mariana também externou sua preocupação com o assunto. Será agendada reunião para tratar da questão.

A representante do município de Mariana disse que os contratos foram firmados de modo emergencial e que a situação gera instabilidade tanto para o município quanto para os profissionais contratados, pois são prorrogados a cada 3, 4 meses. Há incerteza quanto à renovação, o que prejudica o próprio planejamento da oferta dos serviços. É importante que os profissionais contratados atuem no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e que os contratos sejam referenciados à gestão municipal e ao Centro de Referência de Assistência Social.

A Fundação Renova informou que os contratos não serão mais firmados em bases emergenciais. O encaminhamento dado foi a Coordenação da CTOS agendar reunião entre a Secretaria Nacional de Assistência Social/MDSA, estado de MG, Município de Mariana e Fundação Renova para discutir as contratações de Recursos Humanos pela Fundação Renova para os serviços socioassistenciais, em virtude dos impactos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão.

Auxílio Financeiro Emergencial

- Critérios para encerramento – questão de Barra Longa (retorno das oficinas)

A Fundação Renova atualizou o número de cartões do auxílio financeiro emergencial: já foram entregues 8.184 cartões.

Na reunião anterior da CTOS, a Fundação Renova trouxe a informação de que já havia começado a pensar nos critérios para interrupção do auxílio financeiro emergencial, com destaque para moradores de Barra Longa, onde o auxílio estava sendo pago para famílias que tinham sofrido deslocamento físico em função do desastre.

Representante da Casa Civil mencionou que na Oficina de Proteção Social realizada em Mariana, onde estavam presentes representantes da gestão do município de Barra Longa, houve reclamações quanto à má qualidade das reformas realizadas pela Samarco, em casas e quintais da cidade. Além disso, mencionou-se que famílias realocadas em casas alugadas não têm conhecimento de data de previsão de retorno para suas próprias casas, o que gera ansiedade e insegurança para as famílias e incerteza para os locatários.

A Fundação Renova informou que percebeu a necessidade de aprofundar sua avaliação interna e a definição de critérios e fluxos sobre a interrupção do auxílio financeiro emergencial antes de conversar com as comunidades. Ainda não é o momento de propor a descontinuidade do auxílio.

A Fundação Renova foi questionada na CTOS sobre a questão da isonomia. Como pensar em descontinuidade do auxílio emergencial se ainda há pessoas que fazem jus ao auxílio e ainda não receberam? Ainda falta a estruturação de muitas ações pela Fundação Renova e pelo poder público.

Representante da Fundação Renova defendeu a preferência por acelerar as indenizações ao invés de conceder novos cartões do auxílio financeiro emergencial. Citou como exemplo a situação dos comerciantes de Regência (turismo) cuja estratégia da Fundação é entrar logo com a indenização. A Coordenação da CTOS lembrou que é necessário tanto acelerar as indenizações quanto conceder cartões para aqueles que têm direito e ainda não receberam, pois se trata de dois programas distintos. Além disso, considera que cada caso deve ser tratado separadamente: pescadores, comerciantes.

Representante da Casa Civil destacou que as oficinas de proteção social evidenciaram que as gestões municipais não estão sendo devidamente informadas sobre as ações da Fundação Renova nos municípios. O MDSA sublinhou que para que os municípios façam o acompanhamento adequado das famílias impactadas nos territórios, eles precisam ter conhecimento sobre as ações da Renova.

A Fundação Renova afirmou que a gestão do município de Linhares está acompanhando o processo de indenização dos comerciantes, está participando do processo.

Retomando a questão do auxílio financeiro emergencial, representante do município de Mariana/MG indagou se houve mudança em relação ao entendimento de que o valor do auxílio financeiro emergencial não deve ser computado como renda para o Cadastro Único. A Coordenação da CTOS esclareceu que como o parecer da jurídica do MDSA entendeu que o auxílio emergencial deve ser declarado como renda e os demais membros da CTOS não concordaram com o posicionamento, o assunto foi levado à apreciação da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República, que teve entendimento diverso do MDSA. Assim, foi proposta reunião entre as áreas jurídicas para chegar a um entendimento.

Indenização

- Proposta simplificada – retorno MAPA

No âmbito do Programa de Indenização Mediada, a Fundação Renova apresentou os dados acumulados das indenizações por desabastecimento de água em Governador Valadares/MG e Colatina/ES. No caso de Governador Valadares, 59.958

peças foram atendidas, dessas 43.600 aceitaram a proposta de acordo, 30.142 propostas já foram encaminhadas para pagamento e 17.919 pessoas tiveram o valor da indenização creditado no cartão. Quanto à Colatina, 35.444 pessoas foram atendidas, dessas 19.486 aceitaram a proposta de acordo, 14.309 propostas foram encaminhadas para pagamento e 11.023 pessoas tiveram o valor da indenização creditado no cartão.

A Coordenação da CTOS perguntou sobre os valores das indenizações. No caso de Colatina, que teve desabastecimento de água por 3, 4 dias, o valor pago é de R\$ 880,00 por beneficiário mais 10% por dependente menor de idade. Já em Governador Valadares cujo tempo de desabastecimento foi de 5 dias, o valor da indenização é de R\$ 1.000,00 por beneficiário mais 10% por dependente menor de idade. A Fundação Renova informou que está com 7 escritórios para indenizações prontos para operar, que iniciarão suas atividades em maio. Os escritórios atenderão tanto indenizações por danos gerais quanto por desabastecimento de água.

Representante da SNAS/MDSA indagou se a indenização contempla a questão da qualidade da água. A resposta da Fundação Renova é que a indenização tem relação somente com o desabastecimento de água e não com sua qualidade.

Em seguida, foi debatida a proposta simplificada de indenização para pescadores. A representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) informou que a proposta da Fundação Renova foi discutida com as Superintendências de Minas Gerais e Espírito Santo. A proposta traz a nomenclatura categorias de pesca, mas as categorias trazidas não são as categorias oficiais. Foram apresentadas as dúvidas suscitadas pelas Superintendências: Quais são os critérios, parâmetros para estabelecer os valores de indenização? Qual a fonte dos valores? Valor do peixe? Qual peixe? Pois o valor varia dependendo do peixe. Como será feito com os pescadores que não têm como comprovar?

A Fundação Renova disse que se reuniu com pescadores e que identificou problemas com a categorização, que fará uma revisão e está aberta às sugestões do MAPA. A fonte dos valores da precificação foram pessoas especialistas em pesca. Em reuniões conjuntas com pescadores, foram definidas as documentações mínimas para comprovar a pesca e esses documentos serão apresentadas aos pescadores quando eles forem aos escritórios de indenização.

Foi definido que a Fundação Renova encaminhará para apreciação dos membros da CTOS uma nova proposta para “indenização simplificada” para a cadeia da pesca, contemplando as considerações feitas pela representante do MAPA. Enviará documento aperfeiçoado, provavelmente após diálogo com comunidades.

Representante da Renova destacou que a Fundação está discutindo com algumas comunidades alternativas à pesca: agroecologia, agroeconomia.

Foi levantada questão sobre como está o processo de indenização dos areeiros. A Fundação Renova informou que foi contratada consultoria para fazer perícia junto aos impactados e que muitos areeiros já retomaram sua produção.

A Fundação Renova disse que terá dificuldade de cumprir o prazo final das indenizações: julho de 2017.

A Coordenação da CTOS afirmou que não dispõe de informações suficientes sobre o Programa de Indenização Mediada. As informações que a Fundação Renova têm apresentado se referem principalmente às indenizações por desabastecimento de água. Faltam mais informações sobre as indenizações por danos gerais.

Como encaminhamento, ficou definido que a Fundação Renova apresentará à CTOS um panorama geral das indenizações. Apresentará um Plano do Programa de Indenização (PIM) contemplando: universo de pessoas que têm direito à indenização, informações sobre todas as modalidades previstas (pelo desabastecimento da água, simplificado, antecipação, regular por danos gerais), o que já foi realizado em termos de indenização, o que falta realizar, categorias contempladas (pescadores, agricultores, garimpeiros, areeiros, comerciantes etc.), cronograma das ações para assegurar o pagamento dos impactados, escritórios já implementados e a implementar com prazos previstos, interlocução que foi realizada com as gestões municipais e comunidade, ações de interlocução planejadas, outras informações relevantes.

Representante do Estado do Espírito Santo ressaltou a importância de receber os dados de indenização por município e por Estado.

Assim, ficou acertado que a Fundação Renova enviará relatório-síntese das indenizações (com dados por município) e relatórios quinzenais com o status das indenizações.

Cadastro Integrado

- **Não localizados – retorno da deliberação ao CIF e pactuação de prazos**
- **Finalização da primeira campanha (demandas até 31/out)**
- **Segunda campanha – prazos**

Representante do Programa de Cadastro Integrado informou que a Fundação Renova já enviou à CTOS até o 10º Lote do Cadastro Integrado, finalizando então a primeira campanha de cadastramento. A Coordenação da CTOS, por sua vez, disse que já analisou do 5º ao 8º lote, que todos os lotes apresentaram inconsistências e que foram enviados à Receita Federal para análise do CPF. Será dado um retorno conjunto sobre esses lotes à Fundação. Ainda está faltando a análise do 9º e 10º lotes pela CTOS.

A Fundação Renova tem a expectativa de finalizar os cadastros no município de Barra Longa até o final de abril. Quanto ao município de Mariana, há cronograma para

funcionamento do grupo de trabalho entre a Fundação, assessoria técnica Caritas, Comissão dos Atingidos e Ministério Público até o final de maio. Assim, a expectativa é que o cadastramento comece em junho.

Até o final de março, do universo de recém localizados, já foram feitas 682 indexações. Faltam ainda 952 indexações. Desse universo, a previsão de conclusão do processo completo de cadastramento é até o final de junho. Com relação aos não localizados, pessoas que manifestaram interesse no Cadastro, mas que a Fundação Renova não conseguiu contato posterior, eles estão dispersos em 67 comunidades, sendo que 6 municípios concentram a maior parte dos solicitantes. A Fundação Renova começará o trabalho pelos municípios com maior concentração de pessoas. A Fundação enviará a relação das 67 localidades/municípios assim como a concentração por município.

A Fundação Renova apresentou o histórico dos lotes do Cadastro Integrado até 31 de março. Foram 13.921 cadastros nos municípios ao longo do Rio Doce e mais 230 cadastros no município de Barra Longa – MG.

Em relação à segunda campanha de cadastramento do Rio Doce, as solicitações de cadastramento feitas de 01 de novembro de 2016 até 31 de março de 2017 somadas aos não localizados totalizam 9.000 pessoas. A solicitação da Fundação Renova é realizar o cadastramento dessas pessoas até o final de outubro de 2017. Em novas localidades, há 2.000 manifestações por cadastramento.

Auditoria

- Procedimentos para avaliação da base de dados do Cadastro Integrado

Como não houve tempo hábil para que os representantes da empresa de Auditoria Ernest Young apresentassem a proposta de avaliação da base de dados do Cadastro Integrado, este será o primeiro ponto de pauta da próxima reunião da CTOS. A Ernest Young enviará sua apresentação e a coordenação da CTOS repassará para apreciação dos membros. Representante da Ernest Young ressaltou que pode esclarecer as eventuais dúvidas dos membros por email antes da próxima reunião. O objetivo da apresentação da proposta é colher as contribuições, críticas da CTOS. A ideia é que o Programa do Cadastro esteja integrado com todos os demais programas. O plano de Auditoria apresentado pela Ernest Young já foi aprovado pelo CIF.

Modificações TTAC

A Coordenação da CTOS lembrou que não recebeu propostas dos membros de alterações do TTAC. Uma questão que foi levantada na Oficina de Proteção Social que ocorreu em Mariana-MG foi a necessidade de ampliar o prazo do Programa de Proteção Social, inicialmente previsto para três anos. As propostas devem ser encaminhadas à Coordenação da CTOS pelo menos uma semana antes da reunião do CIF.

Outras questões

Ficou acordado que a partir de agora, a Fundação Renova enviará as apresentações que realiza na CTOS com dois dias de antecedência, para que haja tempo de a coordenação da CTOS enviar aos membros para conhecimento antes das reuniões.

V. Encaminhamentos

FUNDAÇÃO RENOVA:

CADASTRO

- Oficializar ao CIF c/c para a CTOS proposta de cronograma com finalização dos 1.735 cadastros de demandas já localizadas previsto para 18 de junho de 2017.

Prazo: 17/04/2017

- Oficializar ao CIF c/c para a CTOS proposta de cronograma para finalização da “segunda campanha” de manifestações para cadastramento (demandas realizadas entre 01/11/2016 e 31/03/2017 e demandas realizadas até 31/10/2016, cujos demandantes ainda não foram localizados). Indicar na proposta cronograma para o pagamento da indenização desses casos.

Prazo: até 02/05/2017

INDENIZAÇÃO

- Encaminhar para apreciação dos membros da CTOS relatório-síntese (com dados por município) e próximos passos do Programa de Indenização (esse documento deverá ser atualizado e encaminhado quinzenalmente)

Prazo: até 13/04/2017

Enviado primeiro documento

- Encaminhar para apreciação dos membros da CTOS a nova proposta para “indenização simplificada” para a cadeia da pesca, contemplando observações feitas pela representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Prazo: até 25/04/2017

- Encaminhar para apreciação dos membros da CTOS um plano do Programa de Indenização (PIM) contemplando: universo de pessoas que têm direito à indenização,

informações sobre todas as modalidades previstas (pelo desabastecimento da água, simplificado, antecipação, regular), o que já foi realizado em termos de indenização, o que falta realizar, categorias contempladas (pescadores, agricultores, garimpeiros, areeiros, comerciantes etc.), cronograma das ações para assegurar o pagamento dos impactados, escritórios já implementados e a implementar com prazos previstos, interlocução que foi realizada com as gestões municipais e comunidade, ações de interlocução planejadas, outras informações relevantes.

Prazo: até 02/05/2017

- Encaminhar para apreciação dos membros da CTOS todas as apresentações a serem realizadas na próxima reunião da Câmara Técnica.

Prazo: até 05/05/2017 - sexta-feira (para que a coordenação da CTOS possa enviar aos seus membros antes da reunião)

- Apresentar na próxima reunião da CTOS plano e status do PIM (contemplar o fluxo desde o cadastramento até o pagamento da indenização e informações sobre a consultoria para a situação dos areeiros)

Prazo: 09/05/2017

COORDENAÇÃO CTOS:

- Encaminhar deliberações da última reunião do CIF que sejam afetas à CTOS.

- Agendar reunião com Secretária Nacional de Assistência Social/MDSA, estado de MG, Município de Mariana e Fundação Renova sobre as contratações de Recursos Humanos pela Fundação Renova para os serviços socioassistenciais, em virtude dos impactos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana/MG. Reunião agendada para 10/04/2017.

- Apresentar na reunião do CIF de abril proposta de deliberação do cronograma com finalização dos 1.735 cadastros de demandas já localizadas.

- Apresentar retorno à Fundação Renova sobre análise dos lotes 5º ao 8º do Cadastro Integrado.

MEMBROS DA CTOS:

- Apreciar todos os documentos a serem encaminhados pela Fundação Renova e auditoria Ernest Young e realizar contribuições.

-Encaminhar propostas de alterações do TTAC para envio ao CIF

Prazo: até dia 20/04